

**HABEAS CORPUS Nº 497.828 - SP (2019/0068971-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : JOSE LUIS STEPHANI**  
**ADVOGADO : JOSÉ LUÍS STEPHANI - SP100704**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEONARDO FERRARI COSTA (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. INSURGÊNCIA CONTRA A PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA. NOVO FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO TRIBUNAL IMPETRADO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. PEDIDO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEONARDO FERRARI COSTA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do *Habeas Corpus* n.º 2274051-37.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o Paciente teve a prisão temporária decretada em 25/10/2018. A decisão que converteu a segregação em custódia preventiva foi proferida em 29/11/2018 (fls. 45-46).

Posteriormente, o Paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n.º 11.343/2006, pois "*agindo em concurso de agentes com Ivan dos Santos Silva, caracterização pela atuação conjunta, divisão de tarefas e unidade de desígnios, trazia consigo, para fins de tráfico, 57 porções de 'cocaína', pesando 83,73 gramas, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar*" (fl. 298).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que teve a ordem denegada.

Na presente impetração, alega a Defesa, em suma, que não há fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva do Paciente e que não estão presentes os requisitos da prisão cautelar insertos no art. 312 do Código de Processo

Penal.

Assevera que "os argumentos lançados pelo juízo de primeiro grau em seu decreto prisional **não evidenciam a periculosidade do Paciente apta a justificar a imposição de sua segregação**" (fl. 29).

Ressalta que "levando em consideração as condições pessoais do Paciente e as circunstâncias do caso concreto, mesmo em caso de condenação, não será imposto o regime fechado, razão pela qual se torna desproporcional a manutenção da prisão" (fl. 27).

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 408-411.

As informações da Autoridade Impetrada foram prestadas às fls. 415-432.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 434-437, opinando pelo indeferimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em 19/07/2019, foi proferida sentença nos autos da ação penal em epígrafe, na qual o Paciente foi condenado às penas de 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e pagamento de 729 (setecentos e vinte e nove) dias-multa, em regime inicial fechado.

Na oportunidade, o Juízo sentenciante negou ao Apenado o direito de recorrer em liberdade, salientando que, "*pelas circunstâncias do caso concreto e considerando-se que os réus possuem participação efetiva no tráfico local, a demonstrar que a sua periculosidade é latente caso sejam soltos, ademais, não se justificaria a soltura após a condenação, sendo um total contrassenso deste juízo ser condizente*", vale dizer, **mediante fundamentação diversa daquela utilizada para a conversão da prisão em flagrante em preventiva.**

Assim, há novo título a respaldar a custódia cautelar do Paciente, porque as razões anteriormente consignadas para legitimar a segregação, idôneas ou não, foram substituídas pelo superveniente fundamento, que ainda não foi objeto de análise pelo Tribunal impetrado.

# Superior Tribunal de Justiça

Explicita-se: a custódia cautelar, agora, decorre da decisão condenatória de primeiro grau, por meio da qual o Juízo sentenciante deve se pronunciar sobre a necessidade da prisão preventiva, consoante a regra prevista no art. 387, parágrafo único, do Código de Processo Penal, *in verbis*:

**"Parágrafo único. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta."** (sem grifos no original.)

A verificação de eventual constrangimento ilegal, pelo desatendimento ao texto legal citado, por se tratar de novo título, em que foram agregados novos fundamentos, deve ser postulada perante a Corte competente. Não pode este Tribunal Superior se adiantar em tal análise, sob pena de indevida supressão de instância (Constituição da República, art. 105, inciso I, alínea c).

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. FORMAÇÃO DE NOVO TÍTULO. REALIDADE JURÍDICO-PROCESSUAL ALTERADA. PREJUDICIALIDADE DA QUESTÃO SUSCITADA NO RHC. PRECEDENTES.**

**1. A partir da sentença, a prisão cautelar, se mantida, decorre de novo título judicial. Assim, é em face desse novo contexto que se deve indagar sobre os requisitos da segregação cautelar.**

**2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes. (EDcl no RHC n. 78.448/MG, Sexta Turma, DJe 23/3/2017).**

**3. Agravo regimental improvido." (AgRg no RHC 94.324/RO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018; sem grifos no original.)**

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora